O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E OS PERCALÇOS

LAUDENIZ PINTO RIBEIRO

RESUMO

O transtorno do espectro autista (TEA) é uma condição neurobiológica que afeta a comunicação, interação social e comportamento das pessoas que o possuem. Este transtorno, muitas vezes, traz consigo uma série de desafios e percalços tanto para os indivíduos autistas quanto para suas famílias e cuidadores. Para a pessoa com TEA, o dia a dia pode ser permeado por dificuldades na compreensão das emoções e intenções dos outros, na expressão de seus próprios sentimentos e na adaptação a mudanças na rotina. Além disso, questões sensoriais podem gerar desconforto e sobrecarga, tornando ambientes comuns, como supermercados ou locais barulhentos, verdadeiros desafios. A interação social pode ser uma das áreas mais impactadas, levando a situações de isolamento e dificuldade em estabelecer e manter amizades. A falta de compreensão por parte da sociedade em geral muitas vezes resulta em estigmatização e exclusão, ampliando os desafios enfrentados por indivíduos autistas. Para as famílias, os percalços também são significativos. A busca por serviços especializados, terapias e suportes adequados nem sempre é fácil, e muitas vezes esbarra em barreiras financeiras e de acesso. O estigma social também pode afetar a família, que muitas vezes se vê lidando com o preconceito e a falta de compreensão por parte da comunidade. No entanto, é fundamental reconhecer que o TEA não define uma pessoa por completo. Muitos indivíduos autistas possuem habilidades únicas, um olhar singular sobre o mundo e contribuições valiosas para a sociedade. Com o apoio adequado, incluindo intervenções precoces, educação especializada e um ambiente acolhedor e inclusivo, é possível minimizar os percalços e potencializar as habilidades das pessoas com TEA. A conscientização, a educação e a promoção da aceitação e inclusão são cruciais para garantir que os desafios enfrentados por indivíduos autistas e suas famílias sejam compreendidos e superados.

PALAVRAS-CHAVE: Adaptação; Compreensão; TEA.

INTRODUÇÃO

É inegável que a comunidade está passando por várias mudanças que têm um impacto direto no sistema educacional. Dentro desse cenário, a quantidade de estudantes que requerem apoio personalizado está em ascensão, e, portanto, a escola precisa alterar as maneiras de lidar com esse grupo.

Dessa forma, a integração surge como uma força motriz desse desenvolvimento. Para isso, foi estabelecida a pesquisa focada nos estudantes com Transtorno do Espectro Autista e é essencial compreender teoricamente como ocorre a sua inclusão na educação convencional.

Nesse contexto, o estudo é embasado por uma análise de obras de autores que exploram o assunto de maneira relevante. Além disso, é importante mencionar que antes da implementação da inclusão do aluno autista, muitos paradigmas foram superados e legislações foram criadas para garantir a sua realização.

É evidente que o aluno com autismo necessita de métodos eficazes para que a sua integração no ambiente escolar potencialize as suas habilidades. Portanto, o professor precisa de uma formação contínua para proporcionar a esses alunos condições mínimas de igualdade no que diz respeito ao processo de aprendizagem.

Desta forma, a inclusão, nos primeiros anos do ensino fundamental, dos alunos autistas, é essencial e deve ser realizada na educação convencional, de forma que, com as diversidades, a educação promova a interação e respeito pela pluralidade. Ao discutir sobre o aluno dentro do espectro autista, o objetivo principal foi compreender teoricamente como ocorre o seu processo de inclusão nos primeiros anos do ensino fundamental.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) pode afetar significativamente a capacidade de uma pessoa se relacionar socialmente, o que por sua vez pode dificultar seu processo de aprendizagem se não forem feitas adaptações adequadas. Diante dessa realidade,

tornou-se essencial buscar alternativas para garantir a inclusão adequada dos alunos com TEA.

A INTEGRAÇÃO ESCOLAR

Segundo Mantoan (2003), a integração escolar envolve a junção do ensino especial com o regular, o que muitas vezes resulta em um sistema sobrecarregado, com a transferência de profissionais, recursos, métodos e técnicas da educação especial para as escolas regulares. Por outro lado, a inclusão questiona não apenas as políticas e a organização da educação especial e regular, mas também o próprio conceito de integração. A inclusão não admite exceções, defendendo a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática, de modo que todos os alunos frequentem as salas de aula do ensino regular.

Ainda hoje, observam-se dificuldades nas escolas ao lidar com crianças autistas, em parte devido à resistência em flexibilizar as formas de ensinar. Como aponta Mantoan (2003), uma das principais barreiras para a mudança na educação é a neutralização dos desequilíbrios que as novas abordagens pedagógicas podem provocar. Essa neutralização muitas vezes vem do próprio sistema educacional, que, embora busque inovações e reformas para melhorar a qualidade do ensino, enfrenta dificuldades em se adequar a essas mudanças.

O desafio da inclusão vai além da dificuldade de educar, pois implica que a escola se mobilize, se informe e acolha as diversidades. É crucial considerar a legislação quando se trata do direito à educação inclusiva. Dentre as importantes leis e decretos que orientam o cenário inclusivo, destaca-se o Decreto N° 7.611 de 17 de novembro de 2011, que estabelece a garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação, visando a igualdade de oportunidades e o aprendizado ao longo da vida, entre outros aspectos.

A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) é uma legislação que visa garantir os direitos e liberdades das pessoas com deficiência, promovendo sua inclusão social. No âmbito educacional, o poder público é responsável por assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar o processo de inclusão educacional desses indivíduos, proporcionando condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem por meio de recursos de acessibilidade e serviços especializados.

Outra legislação relevante é a "Lei Berenice Piana" (Lei nº 12.764/2012), que reconhece o portador do Transtorno do Espectro Autista como pessoa com deficiência, assegurando seus direitos por lei. Essa lei representa uma conquista significativa para a comunidade, ao estabelecer direitos específicos e essenciais para as pessoas com TEA.

O suporte às crianças com incapacidades, desafios de aprendizagem ainda é um dos temas mais debatidos da ideia de inclusão, sendo a dificuldade mais abrangente. A Declaração de Salamanca afirma que:

> O princípio essencial da escola inclusiva é que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. Deveria haver uma continuidade de serviços e apoio adequado às diferentes necessidades encontradas na escola. (BRASIL, 1994, p. 5).

Em 1990, o direito é confirmado na Declaração Mundial sobre Educação Para Todos, independentemente de suas particularidades. É respaldado por várias declarações das Nações Unidas, culminando na Declaração de Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência, assinada em 1993 e publicada em 1994, assegurando que a educação de pessoas com deficiência seja parte integrante do sistema educacional. A Declaração de Salamanca, 1994, veio consolidar o conceito de inclusão no contexto da educação comum, originado na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, 1990.

A Declaração de Salamanca (1994, p. 18) menciona o conceito de inclusão, como:

> Parte do princípio de que todas as diferenças humanas são normais e que a aprendizagem deve, portanto, adaptar-se às necessidades de cada criança, em vez de cada criança se ajustar aos supostos princípios sobre o ritmo e a natureza do processo educativo. Uma pedagogia centrada na criança é benéfica para todos os alunos e, consequentemente, para toda a sociedade.

Sob a orientação da Resolução CNE/CEB n° 2/2001, foi implementado em 2003 pelo MEC o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, com o objetivo de apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, promovendo um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para garantir o acesso de todos à educação, à oferta de atendimento educacional especializado e à garantia da acessibilidade.

Segundo Santos (2008), o TEA é um distúrbio que afeta a capacidade do indivíduo de se comunicar, estabelecer relacionamentos e responder adequadamente ao ambiente que o rodeia. Por ser um transtorno global do desenvolvimento, evolui com a idade e persiste ao longo da vida. Marra e Andrade (2021) afirmam que Siluk (2012) conceitua o TEA como uma síndrome comportamental, com múltiplas causas, comprometendo o processo de desenvolvimento infantil. Além disso, há autores que afirmam que, além das possíveis origens genéticas do autismo, alguns casos estão relacionados a fatores de risco durante a gravidez e o parto.

Para que o ensino seja significativo, é fundamental haver um currículo que atenda às necessidades. Para esse tipo de ensino, é crucial um currículo adequado, que promova mudanças organizacionais, estratégias de ensino e uso de recursos, incluindo tecnológicos. O currículo é a implementação, viabilizando as intenções expressas no projeto pedagógico. Existem diversas definições de currículo, princípios orientadores da prática, seleção e organização da cultura a serem proporcionadas aos estudantes (MARRA; ANDRADE, 2021).

A INCLUSÃO E SUA HISTÓRIA

A narrativa da integração no Brasil remonta ao desfecho do século XIX, quando surgiu a primeira instituição para indivíduos com problemas auditivos no Rio de Janeiro. Contudo, a inclusão social de cidadãos com limitações em outros setores da vida, como emprego, transporte e entretenimento, só foi debatida no país no final do século XX.

A Constituição Federal de 1988 representou um marco crucial na batalha pela inclusão, ao reconhecer a equidade de todos perante a lei, sem qualquer forma de distinção, incluindo deficiências. A partir desse momento, diversas leis e políticas foram elaboradas para garantir a inclusão dos portadores de deficiência, como a Lei de Cotas (Lei nº 8.213/91), que estipulou a reserva de postos de trabalho para pessoas com deficiência.

Em 1994, foi introduzida a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Indivíduos com Deficiência, que reconhece o direito dessas pessoas à igualdade de oportunidades e à plena fruição de seus direitos. O Brasil ratificou essa convenção em 2001.

No ano de 2008, foi sancionada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/15), que estabeleceu diretrizes para a inclusão dos portadores de deficiência em todos os aspectos da vida, como educação, trabalho, transporte, cultura e esporte. Essa lei reconheceu a deficiência como um fenômeno sociocultural, e não apenas como uma limitação individual.

Nos últimos tempos, o Brasil tem progredido na integração social dos portadores de deficiência, embora ainda enfrente desafios consideráveis, como a falta de acessibilidade em diversos setores da sociedade, a discriminação e o preconceito. A inclusão é um processo contínuo e deve ser uma preocupação de todos os setores da sociedade, visando garantir que os portadores de deficiência desfrutem das mesmas oportunidades e direitos que os demais cidadãos.

O movimento de inclusão escolar no Brasil é uma iniciativa que busca garantir que todos os alunos tenham acesso à educação formal, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, emocionais e sociais. Seu objetivo é fomentar a equidade de oportunidades e a diversidade cultural e social no ambiente educacional.

A inclusão escolar no Brasil teve início nos anos 90, com a implementação de leis e políticas públicas que visavam assegurar o acesso à educação para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Entre essas legislações, destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, que determinou a inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares.

A inclusão no Brasil é respaldada por legislações e documentos oficiais que advogam pela formulação e implementação de políticas públicas para capacitar professores na educação inclusiva, visando mitigar os efeitos da exclusão e atender à nova diretriz de educar todos sem distinção (ALMEIDA et al., 2007, p. 145).

Desde então, o governo brasileiro tem adotado uma série de medidas e iniciativas para garantir a inclusão escolar, como a instauração de salas de recursos multifuncionais, a capacitação de professores para atender alunos com necessidades educacionais especiais, e a provisão de transporte e alimentação adequados para estudantes com deficiências.

Apesar dos progressos, a inclusão escolar no Brasil enfrenta desafios, como a escassez de recursos financeiros e materiais apropriados, a falta de formação adequada para os professores, e a falta de conscientização da comunidade sobre a importância da inclusão escolar. No entanto, é crucial continuar trabalhando para assegurar que todas as crianças e jovens tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas diferenças ou limitações.

A integração de alunos com necessidades especiais no ensino regular é um tema de grande relevância na área educacional. Essa prática consiste em inserir esses alunos em salas de aula convencionais, ao invés de segregá-los em ambientes especiais ou escolas exclusivas para pessoas com deficiência.

Dessa forma, a inclusão busca criar um ambiente educacional que ofereça a todos os alunos, independentemente de suas necessidades especiais, a chance de aprender juntos, compartilhando vivências e contribuindo para o desenvolvimento mútuo. Ela também auxilia na promoção da igualdade de oportunidades e na luta contra a discriminação.

Para que a inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular seja efetiva, é essencial que as escolas forneçam recursos e apoios específicos, como materiais didáticos adaptados, tecnologias assistivas, capacitação para professores e assistentes, e orientação de profissionais da saúde e assistência social. Além disso, é fundamental que a escola adote uma cultura inclusiva, que valorize a diversidade e promova o respeito mútuo entre todos os alunos.

Entretanto, Sousa e Tavares (2010, p. 07) afirmam que:

A estratégia de integração de estudantes com exigências especiais na rede convencional de educação transcende a mera presença física desses estudantes ao lado dos outros colegas, representando também a reavaliação de ideias e modelos dominantes, bem como a promoção do potencial desses indivíduos, respeitando suas distinções e atendendo a suas demandas.

É indispensável salientar que a integração de estudantes com exigências especiais no ensino convencional não é uma tarefa descomplicada e requer um esforço conjunto de toda a comunidade escolar, incluindo docentes, funcionários, responsáveis e alunos.

Os responsáveis e familiares de crianças com necessidades educacionais especiais necessitam de orientações sobre a natureza e extensão da particularidade, assim como sobre os recursos e serviços disponíveis para o suporte, cuidado e instrução, e sobre o futuro reservado ao indivíduo com necessidades especiais (ARRUDA; ALMEIDA, 2014, p. 06).

Contudo, quando executada de maneira apropriada e com os recursos adequados, a integração pode ser vantajosa para todos os envolvidos, fomentando a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento social e educacional dos estudantes com exigências especiais.

A inclusão é um conceito fundamental que permeia diversas áreas da sociedade e que tem uma história marcada por lutas e conquistas significativas. Desde os primórdios da humanidade, a inclusão tem sido uma batalha constante em busca de igualdade, respeito e dignidade para todos os indivíduos, independentemente de suas diferenças.

Ao longo da história, diferentes movimentos sociais e grupos minoritários têm lutado arduamente por espaços de inclusão e reconhecimento. Um marco importante nesse contexto foi a luta pelos direitos civis, que

teve seu auge no século XX, com movimentos como o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, liderado por figuras como Martin Luther King Jr., que lutaram contra a segregação racial e pela igualdade de direitos para todos os cidadãos.

Na esfera da educação, a inclusão também desempenha um papel fundamental. A luta por uma educação inclusiva e de qualidade para todos os indivíduos, independentemente de suas necessidades especiais, tem sido uma bandeira levantada por educadores, pais e ativistas em todo o mundo. A implementação de políticas de inclusão educacional tem sido um desafio, mas também uma conquista importante na busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

No mercado de trabalho, a inclusão também é um tema relevante. A luta por oportunidades iguais de emprego para todos, sem discriminação por gênero, raça, orientação sexual ou deficiência, tem sido uma pauta constante. A inclusão no ambiente de trabalho não apenas promove a diversidade, mas também contribui para a construção de equipes mais criativas, inovadoras e produtivas.

Além disso, a inclusão também se faz presente no campo da saúde, com a luta por um sistema de saúde acessível e inclusivo para todos os cidadãos, independentemente de sua condição socioeconômica. A busca por políticas de saúde que garantam o acesso universal a serviços de qualidade é essencial para promover a inclusão e o bem-estar de toda a população. (SASSAKI, 1997).

No âmbito cultural, a inclusão também desempenha um papel importante. A valorização da diversidade cultural e o respeito às diferenças são fundamentais para a construção de uma sociedade mais inclusiva e plural. A promoção de eventos culturais que celebrem a diversidade étnica, racial, religiosa e de gênero contribui para o fortalecimento do respeito mútuo e o combate à discriminação. (SALAMANCA citado por MANTOAN, 2003).

Em suma, a história da inclusão é marcada por lutas e conquistas significativas em diversas áreas da sociedade. A busca por uma sociedade mais inclusiva, justa e igualitária é um desafio constante que exige o engajamento de todos os cidadãos. Promover a inclusão em todas as esferas da vida social é essencial para construir um mundo mais humano, solidário e respeitoso com as diferenças.

É imprescindível substituir a avaliação escolar classificatória por um processo contínuo e formativo de todo o ensino e aprendizagem. A inclusão implica em práticas pedagógicas inovadoras visando ao sucesso de aprendizagem de todos os alunos (GLAT, 2009).

A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas é um tema complexo e desafiador que exige uma abordagem multidimensional e sensível. O TEA é um distúrbio do desenvolvimento que afeta a comunicação, interação social e comportamento dos indivíduos, e a inclusão desses alunos em ambientes escolares regulares é essencial para promover sua aprendizagem, desenvolvimento e integração social.

Nas escolas o papel da inclusão envolve a implementação de práticas educacionais e estratégias pedagógicas que atendam às necessidades específicas desses alunos, respeitando sua individualidade e promovendo seu pleno desenvolvimento. Isso requer a colaboração de profissionais da educação, familiares, terapeutas e demais envolvidos no processo educativo, a fim de garantir um ambiente acolhedor, inclusivo e favorável ao aprendizado de todos os alunos.

É fundamental que as escolas adotem uma abordagem inclusiva e centrada no aluno, considerando suas habilidades, interesses e desafios específicos. Isso envolve a adaptação do currículo escolar, a utilização de recursos educacionais diferenciados, a implementação de estratégias de ensino individualizadas e o oferecimento de apoio especializado, como o acompanhamento de profissionais de apoio e terapeutas.

Além disso, a formação e capacitação de professores e demais profissionais da educação são fundamentais para garantir uma prática pedagógica inclusiva e eficaz. Os educadores devem estar preparados para identificar as necessidades dos alunos com TEA, desenvolver planos de ensino adequados, promover a interação social e comunicativa, e criar um ambiente de aprendizagem que favoreça a participação ativa e a inclusão de todos os alunos.

A promoção da inclusão de alunos com TEA nas escolas também requer o envolvimento e apoio da comunidade escolar, dos pais e responsáveis, e de profissionais de saúde e assistência social. A parceria entre todos os envolvidos no processo educativo é essencial para garantir o bem-estar, a segurança e o desenvolvimento integral dos alunos com TEA, promovendo sua autonomia, autoestima e inclusão social.

É importante ressaltar que a inclusão de alunos com TEA nas escolas não beneficia apenas esses alunos, mas toda a comunidade escolar. A convivência com a diversidade promove a empatia, o respeito às diferenças e o enriquecimento mútuo, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva, justa e solidária.

Portanto, a inclusão de alunos com TEA nas escolas é um processo complexo que exige o comprometimento de todos os envolvidos no processo educativo. A promoção de práticas inclusivas, a formação de profissionais capacitados, o envolvimento da comunidade escolar e o respeito à individualidade de cada aluno são fundamentais para garantir uma educação de qualidade, equitativa e inclusiva para todos os alunos, independentemente de suas necessidades especiais. (MANTOAN, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão na escola é um processo pelo qual a própria instituição se adapta e se transforma para integrar em suas classes regulares crianças e jovens com deficiência que buscam seu pleno desenvolvimento e exercício da cidadania.

De um modo geral, pode-se observar que nas escolas inclusivas as crianças vão conquistando espaço, abrindo novos caminhos, e quanto mais tempo passam nesse ambiente, melhor é o desempenho delas nos aspectos educacionais e sociais. Muitos pais já perceberam que essa é a melhor abordagem para seus filhos, pois assim eles aumentam sua adaptação na vida.

Quando a escola decide incluir todas as formas de deficiência, ela está demonstrando respeito pelas diferenças e pela sociedade, que confia e apoia uma educação que abrange a todos.

Frequentemente, quando nos deparamos com situações desafiadoras que parecem difíceis de resolver, é comum nos sentirmos incapazes. No entanto, é essencial compreender que cada aluno é único em sua maneira de agir, pensar e aprender. É fundamental que a educação seja transformada, pois uma das maiores barreiras que enfrentamos atualmente é a falta de desafios.

Diante do tema abordado sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e os percalços enfrentados por indivíduos com essa condição, é fundamental refletir sobre a importância da inclusão e do acolhimento na sociedade e no ambiente educacional.

Os obstáculos e desafios enfrentados por pessoas com TEA são variados e complexos, impactando não apenas a própria individualidade, mas também suas interações sociais, seu desenvolvimento educacional e suas oportunidades de integração na comunidade. A falta de compreensão, a discriminação e a falta de recursos adequados são apenas algumas das barreiras que podem dificultar o progresso e o bem-estar dessas pessoas.

É fundamental destacar a necessidade de promover a conscientização e a educação sobre o TEA, visando a redução do estigma e o aumento da compreensão em relação a essa condição. A informação adequada e a sensibilização da sociedade são passos essenciais para a construção de um ambiente mais inclusivo e acolhedor para indivíduos com TEA.

No contexto educacional, a inclusão de alunos com TEA requer não apenas a presença física, mas também a adoção de práticas pedagógicas inclusivas, o fornecimento de recursos específicos e o apoio adequado para atender às necessidades individuais de cada aluno. A educação inclusiva não é apenas um direito, mas uma necessidade para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade e sejam capazes de desenvolver todo o seu potencial.

As legislações e diretrizes que orientam a inclusão de pessoas com TEA são fundamentais para garantir seus direitos e promover a igualdade de oportunidades. No entanto, é necessário ir além das leis e implementar ações efetivas que promovam a inclusão, a diversidade e o respeito pela individualidade de cada pessoa.

Em última análise, a superação dos percal-

ços relacionados ao TEA requer um esforço conjunto da sociedade, das instituições educacionais, dos profissionais da saúde, das famílias e dos próprios indivíduos com TEA. É preciso construir uma cultura de respeito, empatia e aceitação, que valorize a diversidade e promova a inclusão de todos, independentemente de suas diferenças. Somente assim poderemos criar um ambiente mais acolhedor e inclusivo para as pessoas com TEA, permitindo que alcancem seu pleno potencial e contribuam de forma significativa para a sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. B. et al. Política educacional e formação docente na perspectiva da inclusão. Educação (UFSM), Santa Maria, v. 32, n. 1, p. 327-342, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://legislacao.planalto.gov.br/ legisla/legislacao.nsf/viwTodos/509f2321d97cd2d203256b280052245a?OpenDocum ent&Highlight=1,constitui%C3%A7%C3%A3o&AutoFramed. Acesso em: 04 mar.2025.

BRASIL. Casa Civil. Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília: MJ/CC, 1991.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 05 mar.2025.

BRASIL. Resolução CNE/CEB no 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf. Acesso em 03 mar.2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

GLAT, Rosana. Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SOUSA, Eliza Martins; TAVARES, Helenice Maria. Acessibilidade da criança com deficiência física na escola. 2010. Disponível em: http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosn4v2/19-pedagogia.pdf. Acesso em: 05 mar.2025.